

SINGULARIDADES DAS CAPITANIAS DONATÁRIAS DE PARAGUASSU E DE ITAPARICA: elementos para compreensão da formação territorial da Bahia (sécs. XVI-XVII)

Alexandre Gonçalves do Bonfim¹; Caio Figueiredo Fernandes Adan²

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduando em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: alexandrebonfim90@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: caioadan@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da América Portuguesa; Política e Administração Colonial; História da Bahia Colonial; Capitanias Hereditárias - Paraguassu e Itaparica.

INTRODUÇÃO

Em projeto anterior, o graduando buscou levantar dados em fontes documentais do período colonial, a fim de compreender a importância das estruturas políticas e administrativas para a formação territorial do Estado da Bahia. Desse projeto original surgiu outro tema de investigação: a instituição das capitanias hereditárias de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguassu, criadas no recôncavo baiano nos anos de 1556 e 1565, respectivamente, e a contribuição de ambas para o entendimento acerca da formação territorial da Bahia durante o período colonial. Este plano de trabalho, ainda inserido no projeto maior, denominado “FORMAÇÃO TERRITORIAL DA BAHIA: subsídios para a construção do Atlas Histórico da Bahia Colonial (sécs. XVI – XVIII)”, pretende, assim, discutir, as especificidades da instalação das capitanias em estudo frente às primeiras capitanias doadas no território do Brasil na década de 1530, entre elas a própria posterioridade da constituição dessas donatárias – doadas mais de duas décadas depois das primeiras capitanias e sua conversão de sesmaria a capitanias, fato singular na colonização luso-americana do século XVI.

A partir dessas singularidades, almeja-se debater como essas capitanias se inseriam no contexto de normatização administrativa da colônia, e como sua criação e dinâmica de funcionamento relacionavam-se com as demandas da Coroa portuguesa por defesa e ocupação da costa brasileira e pela formação de uma elite colonial. Dessa maneira, o projeto de iniciação científica continua a contribuir para o “Projeto Atlas”, na medida em que continua a levantar questões acerca da importância das estruturas administrativas para a formação da sociedade e para a organização territorial da Bahia durante o período colonial.

MATERIAL E MÉTODO

A metodologia dessa investigação histórica concentrou-se, basicamente, em duas atividades: leitura da bibliografia selecionada, de acordo com a temática e com as discussões levantadas pela pesquisa, e coleta de fontes históricas de interesse para o estudo que se inscrevessem no recorte cronológico do trabalho (da década de 1530, em que foram doadas as primeiras capitanias, até a metade do século XVII).

A leitura da bibliografia selecionada foi essencial para a montagem do arcabouço teórico-metodológico da pesquisa. Para tanto foram priorizadas questões como: o debate sobre a historiografia acerca da política e administração do Brasil (SOUZA, 2006); a aquisição de conceitos que ajudassem a entender a lógica do Antigo Regime português (MATTOSO 1998; SALDANHA, 2000); o contexto histórico da política e administração coloniais (BICALHO, FRAGOSO e GOUVÊA, 2001; COSENTINO, 2009; RICUPERO, 2009); formas de aproveitamento de terras previstas na legislação da Monarquia portuguesa (CASTRO, CORRÊA e GOMES, 1997; NIZZA, 1990), além de métodos para o recolhimento e trato das fontes documentais colhidas.

Essa bibliografia foi confrontada com a documentação histórica levantada. Esses documentos foram obtidos em conjuntos documentais tais como a “Série Avulsos - Bahia”, composta de registros conservados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-Portugal), catalogados por Luíza da Fonseca e digitalizados pelo Projeto Resgate (Ministério da Cultura do Brasil), bem como em diferentes edições da coletânea “Documentos Históricos da Biblioteca Nacional”, disponíveis em PDF na “Hemeroteca Digital”, *site* da Biblioteca Nacional que disponibiliza diversas publicações do fim do século XIX e começo do século XX, entre elas a coletânea ora citada, que traz a transcrição de diversos documentos do período colonial, como provisões reais, cartas de sesmarias, alvarás, requerimentos e outros documentos jurídico-administrativos relacionados ao processo de colonização da porção portuguesa da América. Alguns dados também foram encontrados em publicações como o livro de Felisbello Freire, “História Territorial do Brasil” (1998), os textos de Antonietta D’Aguiar Nunes (1996) e a dissertação de Juliana Brainer Neves (2008). Além disso, foram encontrados documentos de interesse dentre os transcritos por Braz do Amaral na edição por ele comentada do volume 1 do livro “Memórias Históricas e Políticas da Bahia”, de Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (1919). A consulta à documentação foi feita seguindo alguns critérios, como o recorte cronológico da pesquisa e a identificação de nomes de indivíduos envolvidos com a constituição das capitanias, para localização de documentos que revelassem mais sobre a constituição das donatarias, seguindo o método prosopográfico proposto por Lawrence Stone (2001).

Em seguida, essa documentação foi confrontada com o arcabouço teórico-metodológico da pesquisa, a fim de se discutir questões como, por exemplo, o modo como a doação das capitanias se inseria na lógica da administração da Coroa, e como essa lógica se dava na colônia, bem como de que maneira a constituição das capitanias relacionava-se com o processo de formação da sociedade colonial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As bases territoriais das capitanias foram doadas, inicialmente, sob a forma de sesmarias (em que o beneficiado recebia apenas o direito ao usufruto da terra). A capitania de Itaparica e Tamarandiva foi doada como sesmaria em 1552 à Dom Antonio de Ataíde, o Conde de Castanheira, enquanto a do Paraguassu foi doada a Dom Álvaro da Costa em 1565. A doação da sesmaria requeria algumas obrigações por parte dos agraciados, entre elas, o aproveitamento das terras no prazo de três anos. Nenhum dos dois donatários aproveitou a terra nesse prazo, sendo que o rei, ao invés de tomar as terras para o Erário Régio novamente, permitiu que os donatários ficassem com as terras, porém em forma de capitanias (em que o beneficiado recebia direitos políticos como de capitão e governador, alçada nas instâncias civil e criminal, além de direitos sobre o fisco colhido nas terras).

Os donatários das capitanias deveriam doar grande parte de seu território em sesmarias a outras pessoas. Isso ocorreu com Dom Álvaro que, após receber o título de capitão donatário de suas terras (depois de tê-las confirmadas em sesmaria novamente em 1562), recebeu-as como capitania em 1565. No documento de confirmação de suas terras como donataria consta que o mesmo deveria ali doar sesmarias. Caso singular é o de Dom António de Ataíde, que não tinha a obrigação de doar sesmarias em sua capitania, podendo dispô-las apenas através do instituto do aforamento (concessão do domínio útil de uma parcela da terra de um dono de sesmaria a outro, mediante um contrato de pagamento de um tributo estipulado pelo possuidor). Dom António de Ataíde tinha, além dos direitos políticos inerentes ao capitão-donatário, o direito ao usufruto direto de toda a terra da capitania, em função de ter sido nela instituído um morgado (instituto jurídico do Antigo Regime que consiste na agregação dos bens de uma família sob o controle do filho mais velho do casal instituidor, com o objetivo de evitar a fragmentação dessas terras).

Dessa maneira, a doação das terras (seja através da doação de sesmarias, seja através do aforamento) possibilitaria que os donatários atraíssem pessoas próximas para as capitanias, dinamizando a ocupação do território em questão, através da formação do que Hespanha e Xavier chamam de “redes clientelares” (In: MATTOSO, 1998, p. 339-349).

A instituição das capitanias provocou alguns conflitos. A doação de Itaparica e Tamarandiva não foi aceita pela Câmara de Vereadores de Salvador, que postulava a jurisdição das ilhas à Cidade de Salvador, na capitania Real da Bahia. O rei Dom João III interviu, dando parecer favorável ao Conde. Essa confusão é um exemplo de como o caráter corporativo do governo monárquico influenciava a dinâmica social e política da colônia. Segundo o historiador António Hespanha (In: BICALHO, FRAGOSO, e GOUVÊA, 2001, p. 165), Portugal era uma monarquia corporativa, pois o rei dividia o poder político com outras instâncias, devendo usar sua soberania para garantir o equilíbrio e a justiça em seu Império. Esse caráter da Coroa portuguesa é exemplificado na intervenção do Rei no confronto entre o poder *concelhio* (a câmara) e o poder *senhorial* (o donatário) em Itaparica e Tamarandiva.

Outro confronto ocorreu entre os donatários e os índios tupinambás, habitantes da região das duas capitanias. Convém lembrar que as terras de Dom Álvaro foram doadas inicialmente sob a condição de sesmarias, e isto devido à atuação deste na guerra contra os autóctones habitantes da região. O enfrentamento aos indígenas, que poderia ser feito pelo donatário e pelos moradores das capitanias (já que esta tinha como uma de suas funções essenciais a defesa) seria essencial para o sucesso da colonização portuguesa no recôncavo, que tinha na resistência indígena seu grande empecilho. Além disso, o combate frente aos tupinambás possibilitava a aquisição de mão de obra escrava (através do mecanismo da guerra justa), que passaria a trabalhar nas lavouras de cana ou na criação de gado nas terras (antes povoadas pelos autóctones) doadas da capitania, dinamizando a economia e a ocupação territorial da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao resgatar o processo de constituição das duas capitanias em estudo, percebe-se como Itaparica e Tamarandiva e Paraguassu se inseriram na lógica da administração colonial, já que, principalmente por serem próximas a Salvador, centro administrativo da colônia, permitiam a proteção desta cidade face aos índios tupinambás. A instituição das donatarias também permitiria a ocupação do território, seja através da doação de sesmarias ou de aforamentos, além de beneficiar dois indivíduos de relativa importância, já que Dom António de Ataíde era um dos principais conselheiros do rei e Dom Álvaro da Costa, filho de Dom Duarte da Costa, governador geral do Brasil entre 1552 e 1558. Estes poderiam favorecer seus protegidos com terras e cargos, possibilitando a formação de uma elite ancorada no acesso e uso da terra e da mão de obra indígena, algo que, como discute Ricupero (2009), foi essencial para a manutenção da soberania portuguesa na América. Após a confirmação das terras em capitanias, tem-se notícias de moradores ocupando Itaparica e Tamarandiva, e da instituição ali de uma freguesia (unidade administrativa da Igreja), a de Vera Cruz, ainda no século XVI, bem como da doação de sesmarias no Paraguassu, mostrando como as capitanias terminaram por atender as demandas da Coroa portuguesa referidas acima. Dessa maneira, o exercício em recuperar o processo de constituição dessas capitanias permitiu ao bolsista discutir questões relativas às estruturas administrativas coloniais (como as donatarias em questão), sendo mais uma contribuição para o entendimento da formação territorial da Bahia Colonial.

REFERÊNCIAS

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU

(Inventário Luísa da Fonseca)

[Documento 166] Capítulo de carta régia de 1 de fevereiro de 1618 sobre os donativos das capitanias e obrigação de as povoar e beneficiar.

Arquivo Público da Bahia

CARTA DE SESMARIAS da Ilha de Itaparica do período de mil quinhentos e cinquenta e dois (1552). Fundo Colonial e Provincial, maço 599.

Fontes Impressas

Documentos Históricos. Vol. XIII. Série XI. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1929, p. 192-202.

Documentos Históricos. Vol. XXXV. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1937.

SILVA, Ignácio Accioli Cerqueira e; AMARAL, Braz (coment.). *Memórias Históricas e políticas da Bahia*. vol.1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

SOUSA, Gabriel Soares. VARNHAGEN, Francisco (org.). *Tratado Descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1851.

Bibliografia

ABREU, Maurício de A. A apropriação do Território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto L. GOMES, Paulo César (org.) *Explorações Geográficas*, Bertrand Brasil, RJ, 1997, p. 197-245.

BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil: Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. 1º ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009.

FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*, v. 1 (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998 (edição fac-similar).

MATTOSO, José. *História de Portugal* v.4 (O Antigo Regime). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

NEVES, Juliana Brainer Barroso. *Colonização e resistência no Paraguaçu – Bahia, 1530-1678*. Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2008.

NUNES, Antonietta Aguiar. Reminiscências da capitania de Paraguaçu: memória histórica de Jaguaripe nos séculos XVI e XVIII. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 92, jan-dez/1996, p. 267 – 286.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial. Brasil c. 1530 – c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

SALDANHA, António Vasconcelos. *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. Lisboa: CNCDP, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. Herança no Brasil colonial: os bens vinculados. *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*. Porto, Volume V (Separata), p. 291-319, 1990.

STONE, Lawrence. A prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, vol. 19, n. 39, 2001, p. 115-137.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.